



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Edital 120/2013 – PROGEPE

Prova Objetiva – 14/07/2013

201 – Arquiteto e Urbanista

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. Esta prova é constituída de 40 questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
8. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento do cartão-resposta, é de 4 horas.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova, o cartão-resposta e a ficha de identificação.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

Português

Legislação

Conhecimentos
Específicos

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✂

RESPOSTAS							
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -	31 -	36 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -	32 -	37 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -	33 -	38 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -	34 -	39 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -	35 -	40 -

PORTUGUÊS

Revendo a Anistia

Já que estão todos falando da revisão da Lei da Anistia, também dou meu palpite. Antes, é importante frisar que a discussão não tem muito alcance prático, já que, apenas dois anos atrás, o STF, que é o único órgão que poderia invalidar a norma declarou-a eficaz. É improvável que essa decisão venha a ser modificada tão cedo.

Isso esclarecido, podemos debater se o STF errou ou acertou. Minha posição, nessa matéria, admito, é esquisita. Penso que faria bem ao país identificar e julgar os responsáveis pela tortura, mas não creio que deveríamos mandá-los para a cadeia.

O que me faz pender pela revisão é que é falso o argumento dos militares de que eles travavam uma guerra na qual ocorreram excessos. Os grupos de esquerda nunca ameaçaram seriamente o “status quo” e, sob o prisma das leis cunhadas pelos próprios governantes, militantes capturados eram presos comuns que estavam sob a guarda do Estado e deveriam ter sua integridade física respeitada.

Ao contrário do que disse a maioria dos ministros do STF, a anistia de 1979 não resultou de uma negociação entre militares e oposição, mas foi imposta pelos poderosos da época. Pior, mesmo depois de se terem posto fora do alcance de punições, os militares continuaram sonhando informações sobre a estrutura de comando dos subterrâneos da ditadura e o paradeiro dos desaparecidos.

Um julgamento de verdade, que mobilizasse investigadores, promotores e advogados, seria uma ótima oportunidade para esclarecer tudo. Mesmo assim, penso que eventuais condenados nesse processo deveriam ser poupados da cadeia. Punições que chegam 40 anos depois dos fatos já não atingem os autores dos delitos, mas encontram pessoas totalmente distintas, tanto em suas células como em suas ideias.

Na verdade, desconfio do conceito de crime imprescritível. Ou o Estado pune em tempo hábil ou perde o direito de fazê-lo.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S. Paulo*, 31 maio 2013.)

01 - Pela leitura do texto, é correto deduzir que:

- a revisão da Lei da Anistia busca invalidar a condenação dos presos políticos.
- o STF ratificou há dois anos a lei da anistia, ou seja, considerou que a lei produziu o efeito desejado.
- a posição do autor do texto em relação à revisão da lei em questão é radical.
- a lei da Anistia foi obtida depois de se ponderar a responsabilidade de todos.
- o autor defende que se considere o decurso de tempo predeterminado em lei, para extinguir uma condenação.

02 - Considere os seguintes resumos do posicionamento do autor do texto:

- É recomendável apurar as responsabilidades dos que torturaram, revelando os bastidores das práticas de tortura, mas sem condenar os culpados na forma da lei.
- É importante mostrar que os militares ameaçavam o “status quo”, mas tinham a proteção do Estado.
- As punições devem prescrever, já que os culpados estão física e mentalmente diferentes 40 anos depois.
- Depois de garantida a impunidade com a Lei da Anistia, os militares passaram a colaborar com as investigações e isso deve ser considerado.

Estão de acordo com o texto:

- 1 e 2 apenas.
- 2 e 4 apenas.
- 1, 3 e 4 apenas.
- 1 e 3 apenas.
- 2, 3 e 4 apenas.

03 - Retome as passagens do texto citadas abaixo e identifique a expressão que os pronomes grifados retomam. Assinale a alternativa em que a associação está INCORRETA.

- “...o único órgão que poderia invalidar a norma declarou-a eficaz” (linhas 2-3). (= discussão).
- “...mas não creio que deveríamos mandá-los para a cadeia” (linha 5). (= os responsáveis pela tortura)
- “...é falso o argumento dos militares de que eles travavam uma guerra na qual ocorreram excessos” (linhas 6-7). (= os militares)
- “...estavam sob a guarda do Estado e deveriam ter sua integridade física respeitada” (linhas 8-9). (= militantes capturados)
- “Ou o Estado pune em tempo hábil ou perde o direito de fazê-lo” (linha 17). (= punir)

04 - Algumas sentenças do texto, modificadas, foram transcritas abaixo. Assinale a que apresenta problema de concordância, tendo em vista as regras da escrita na língua padrão.

- As discussões não têm alcance prático.
- Mesmo depois de se ter colocado fora do alcance de punições, o exército continuou sonhando informações.
- É falso os argumentos dos militares de que eles travavam uma guerra.
- Ao contrário do que disseram os ministros do STF, a situação ainda não está resolvida.
- É improvável que essas decisões venham a ser modificadas.

O texto a seguir foi retirado do manual de instrução de um computador e é referência para as questões 05 a 07.

AMBIENTE OPERACIONAL

Serão descritas a seguir dicas de como operar o computador de maneira ergonomicamente adequada e como ajustar a iluminação e ruídos do ambiente, diminuindo, dessa maneira, o cansaço visual e a fadiga corporal.

- Quando o usuário estiver sentado, as pernas devem formar um ângulo reto (90°) com o solo.
- Ajustar a cadeira de forma que a planta dos pés toque o solo ou, se necessário, o usuário deve utilizar um apoio.
- A parte dos joelhos voltada para a cadeira não deve tocar no assento, pois pode provocar má circulação sanguínea.
- Deixar a coluna reta e bem encostada na cadeira.
- O usuário deve apoiar o pulso sobre a borda da mesa e não permitir que seja formada uma curva superior a 15°. Encostar o pulso na mesa somente para descansar. Ao digitar, o usuário precisa pressionar as teclas sem demasiada pressão.
- Posicionar os cotovelos rentes ao corpo e os antebraços perpendiculares ao solo.
- O mouse deve estar sempre próximo do corpo. O teclado e o mouse devem ficar na altura dos cotovelos, num ângulo de 70° a 90° com a mesa.
- A cabeça, com relação ao monitor, não deve ser inclinada mais do que 15° ou 20°, para evitar tensão no pescoço.
- Realizar ajustes no monitor, para prevenir o cansaço visual, como excesso de brilho, imagem borrada ou distorcida.
- O topo da tela deve estar posicionado na altura dos olhos a uma distância razoável.
- Não permitir que a luz do sol ou do ambiente incida diretamente na tela.
- Realizar intervalos regulares para descanso.
- Se alguma dor, ou desconforto, persistir mesmo após o usuário tomar essas medidas, um médico deverá ser consultado.

05 - Um fabricante de computador tem diferentes orientações a dar aos usuários. As apresentadas no texto acima se relacionam a hábitos saudáveis. Esse tipo de recomendação é antecipado, no primeiro parágrafo, pela palavra:

- a) dicas.
- b) adequada.
- c) operar.
- d) ruídos.
- ▶ e) ergonomicamente.

06 - Considere a seguinte descrição de algumas medidas:

1. Cruzar as pernas.
2. Usar cadeira com braço.
3. Usar cadeira com encosto.
4. Curvar-se para ficar mais próximo da tela.

Que medida(s) contraria(m) as orientações acima?

- a) 1 apenas.
- b) 2 e 3 apenas.
- c) 2, 3 e 4 apenas.
- ▶ d) 1 e 4 apenas.
- e) 1, 2, 3 e 4.

07 - “A parte dos joelhos voltada para a cadeira não deve tocar no assento, pois pode provocar má circulação sanguínea”.

A sentença acima foi reescrita adequadamente de acordo com a norma padrão, sem prejuízo de sentido, em:

- a) Os joelhos voltados para a cadeira não devem tocar o assento, de modo a evitar má circulação sanguínea.
- ▶ b) Por provocar má circulação sanguínea, deve-se evitar que a parte dos joelhos voltada para a cadeira toque no assento.
- c) Porque provocam má circulação sanguínea, os joelhos não devem tocar no assento.
- d) De modo a provocar má circulação sanguínea, a parte dos joelhos voltada para a cadeira não devem tocar no assento.
- e) Como provocam má circulação sanguínea, devemos evitar tocar o joelho com a parte interna do assento da cadeira.

08 - Tendo em vista as regras de acentuação gráfica, considere os seguintes grupos de palavras:

1. usuário, sanguínea, distância.
2. ângulo, próximo, médico.
3. deverá, distância, após.
4. razoável, pés, ângulo.

As palavras são acentuadas com base na mesma regra ortográfica em:

- ▶ a) 1 e 2 apenas.
- b) 2 e 3 apenas.
- c) 1, 3 e 4 apenas.
- d) 1 e 4 apenas.
- e) 2, 3 e 4 apenas.



(Latuff, <<http://torturanuncamaispr.wordpress.com/2013/01/21/charges-sobre-a-ditadura-e-a-anistia/>>. Acesso em 31 de maio de 2013.)

09 - A charge do Latuff foi publicada sob o título “O sono dos injustos”. É possível reconhecer nessa charge aspectos citados por Hélio Schwartsman no texto “Revendo a Anistia”. Numere a coluna da direita, relacionando trechos do texto com imagens veiculadas na charge e apresentadas na coluna da esquerda.

- | | | |
|--|-----|--|
| 1. O velhinho deitado na cama. | () | “subterrâneos da ditadura e o paradeiro dos desaparecidos”. |
| 2. As caveiras sob a cama. | () | “eventuais condenados no processo se a lei da anistia fosse revista”. |
| 3. A bandeira brasileira usada como coberta e a palavra que substitui “Ordem e Progresso”. | () | “é improvável que essa decisão venha a ser modificada tão cedo”. |
| 4. O boné na cabeceira da cama. | () | “40 anos depois dos fatos já não atingem os autores dos delitos, mas encontram pessoas totalmente distintas, tanto em suas células como em suas ideias”. |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta na coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 1 – 4 – 2 – 3.
 b) 3 – 4 – 2 – 1.
 c) 2 – 3 – 1 – 4.
 d) 4 – 2 – 3 – 1.
 ► e) 2 – 4 – 3 – 1.

10 - As afirmativas a seguir comparam os dois textos:

1. A charge, ao contrário do texto de Schwartsman, se mostra desfavorável à revisão da Lei da Anistia.
2. Ambos os textos reconhecem que houve excessos e os responsáveis seriam os militares que atuaram na época.
3. Ambos os textos explicitam, cada um ao seu modo, que houve um decurso significativo de tempo da época em que ocorreram os fatos até o momento.
4. Ambos os textos põem em xeque o conceito de crime imprescritível.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
 ► b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
 d) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
 e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

LEGISLAÇÃO

11 - Sobre os requisitos básicos para investidura em cargo público da União, assinale a alternativa correta.

- a) É moralmente inidôneo e, portanto, impedido de ser investido em cargo público o indivíduo que está respondendo a processo criminal.
 b) A investidura em cargo público de pessoa estrangeira ou naturalizada é vedada.
 c) A investidura em cargo público ocorrerá com a homologação do concurso público de provas e títulos.
 ► d) A lei pode estabelecer requisitos para a investidura em cargo público conforme a exigência das atribuições do cargo.
 e) É requisito básico para investidura em cargo público a idade mínima de 16 anos.

12 - Considere as seguintes afirmativas sobre o servidor público da União:

1. A nomeação do servidor público far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
2. A nomeação do servidor público far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
3. A nomeação do servidor público depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de validade.
4. Nomeação é uma forma de provimento de cargo público.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- ▶ c) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

13 - Sobre o estágio probatório a que se submete o servidor público da União nomeado para cargo de provimento efetivo, é correto afirmar:

- a) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 48 (quarenta e oito) meses.
- b) O servidor não aprovado no estágio probatório será demitido.
- ▶ c) O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
- d) O servidor em estágio probatório não possui direito a licenças ou afastamentos.
- e) A avaliação do desempenho do servidor será promovida pelo superior hierárquico direto ou, na sua falta, por comissão constituída para essa finalidade.

****14 - A empresa XYZ, em 1999, participa de licitação promovida pela União, cujo objeto é a construção de um trecho de rodovia federal. A empresa XYZ tem sucesso no certame licitatório, cuja homologação ocorre imediatamente. Em seguida, celebra o contrato administrativo com a União Federal e, em 2005, conclui a obra pública. Nesse mesmo ano, recebe a integralidade do pagamento. Em 2013, a União notifica a empresa XYZ para que devolva o pagamento recebido, pois, de acordo com a notificante, houve ilegalidade patente no processo licitatório e é imprescindível sua anulação. Sobre esses fatos, é correto afirmar que:**

- ▶ a) a União deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade; nesse caso, a União deverá anular o ato, sendo devida a devolução dos valores recebidos pela empresa XYZ.
- b) trata-se, ao contrário do conteúdo da notificação promovida pela União Federal, de revogação de ato administrativo.
- c) a anulação é imediata; quando evidente a ilegalidade de atos da Administração Pública, a anulação independe de processo administrativo.
- d) o direito da Administração Pública de anular o ato administrativo que homologou a licitação decai em cinco anos, razão pela qual nada poderá ser exigido da empresa XYZ.
- e) o direito da Administração Pública de revogar o ato administrativo que homologou a licitação é imprescritível, em razão do princípio da supremacia do interesse público.

15 - Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) O Estado é responsável por danos causados a terceiros por ato praticado por servidor público efetivo; atos praticados por servidor público ocupante de cargo em comissão não resultam responsabilidade do Estado, mas apenas pessoal, do servidor que causou o dano.
- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- d) O Estado é responsável por danos causados a terceiros, sendo obrigação dos prejudicados pelos atos do Estado comprovar o dolo ou a culpa do agente estatal que deu causa ao dano.
- e) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado exploradoras de atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, independentemente da existência de culpa.

16 - Os atos de improbidade administrativa importarão:

- ▶ a) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, em valor a ser definido de acordo com o prudente arbítrio do juiz, sendo que o ressarcimento do erário suspenderá a ação penal.
- c) a exclusão permanente dos direitos políticos, a critério do juiz, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- d) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, salvo se servidor público efetivo e estável, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei.
- e) a extinção dos direitos políticos e do direito de ocupar função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

**** – Questão com resposta alterada.**

17 - José é servidor público efetivo da Universidade Federal do Paraná, que possui natureza jurídica de autarquia. Candidatou-se, nas eleições de 2012, para o cargo de vereador do município de Curitiba. Logrou êxito e foi eleito. Em que condições o servidor poderá exercer o mandato de vereador?

- a) José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- b) José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, e receberá, cumulativamente, as remunerações dos dois cargos, da UFPR e de vereador.
- c) Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, percebendo somente a remuneração do cargo de vereador.
- d) Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, ser-lhe-á vedado exercer o cargo de vereador.
- ▶ e) Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

18 - Sobre a Lei 8.666/93 (Lei Geral de Licitações), numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> 1. Concorrência. 2. Tomada de preços. 3. Convite. 4. Concurso. 5. Leilão. | <ul style="list-style-type: none"> () É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas. () É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto. () É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, nos termos da Lei 8.666/93, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. () É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. () É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. |
|---|--|

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 3 – 2 – 4 – 5 – 1.
- b) 1 – 2 – 4 – 3 – 5.
- c) 3 – 4 – 5 – 2 – 1.
- ▶ d) 3 – 1 – 5 – 2 – 4.
- e) 1 – 2 – 3 – 5 – 4.

19 - Com relação aos crimes contra a administração pública previstos no Código Penal, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Comete peculato o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia em proveito próprio ou alheio.
- () O peculato requer dolo, não existindo o peculato na forma culposa.
- () Comete concussão o funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- () Comete prevaricação o funcionário público que, por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- ▶ a) V – F – V – F.
- b) F – V – V – V.
- c) V – V – F – F.
- d) F – V – F – V.
- e) V – F – F – V.

20 - É inexigível a licitação:

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- ▶ c) quando houver inviabilidade de competição, em especial, por exemplo, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- e) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 - A Lei Federal nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição brasileira, instituiu vários instrumentos de gestão urbana e fundiária e regulamentou os seus objetivos.

Acerca do assunto, numere a coluna da direita (objetivos) de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda (instrumentos).

- | | |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Direito de Preempção. 2. Direito de Superfície. 3. Outorga Onerosa. 4. IPTU progressivo. | <ul style="list-style-type: none"> () Permite que o proprietário de um imóvel urbano transfira o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida em contrato respectivo, atendida a legislação urbanística. () Permite que o proprietário construa mais ou altere o uso do solo, respeitados os limites máximos de construção estabelecidos no Plano Diretor, mediante contrapartida em favor do município. () Dá ao Poder Público Municipal a prioridade para a aquisição de áreas definidas como de interesse social, ambiental ou histórico, cultural ou paisagístico. () Permite que o Poder Público cumpra a função social da propriedade, combatendo a especulação imobiliária em áreas com infraestrutura adequada. |
|--|---|

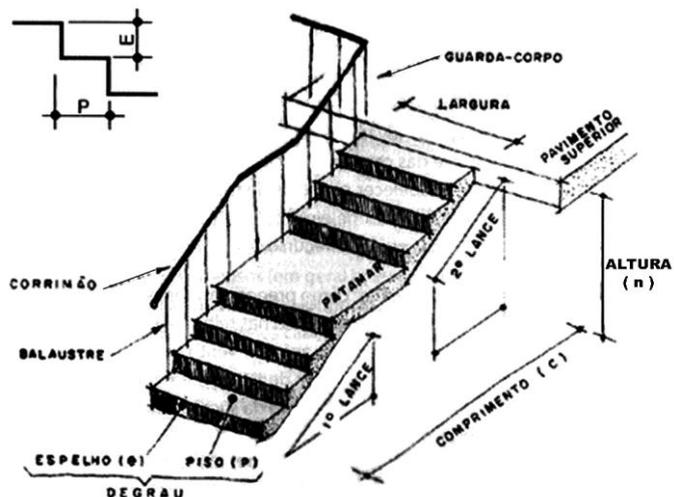
Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 2 - 4 - 3 - 1.
- b) 1 - 3 - 2 - 4.
- ▶ c) 2 - 3 - 1 - 4.
- d) 4 - 2 - 1 - 3.
- e) 3 - 4 - 1 - 2.

22 - Considere os elementos das escadas, identificados no desenho ao lado.

Segundo a NBR 9077, é correto afirmar:

- ▶ a) $16 \text{ cm} \leq E \leq 18 \text{ cm}$, com tolerância de 0,05 cm.
- b) $62 \text{ cm} \leq 2E + P \leq 65 \text{ cm}$.
- c) Os corrimãos deverão ser adotados em ambos os lados das escadas, devendo estar situados entre 92 cm e 100 cm acima do nível do piso.
- d) O lanço mínimo deve ser de quatro degraus e o lanço máximo, entre dois patamares consecutivos, não deve ultrapassar 3,70 m de altura.
- e) Para qualquer tipo de ocupação, as guardas devem ter balaústres verticais, longarinas intermediárias dispostas verticalmente, grades, telas, vidros de segurança laminados ou aramados e outros, de modo que uma esfera de 7 cm de diâmetro não possa passar por nenhuma abertura.



(Fonte: PUC Rio: Desenho de Escadas”, apostila da Disciplina Desenho de Arquitetura I)

23 - O Caderno de Encargos de uma obra é parte integrante do Edital de Licitação. Uma das funções do Caderno de Encargos é:

- a) quantificar e estabelecer diretrizes técnicas sobre o material a ser utilizado na obra.
- b) descrever o preço unitário dos serviços a serem executados como parte do Edital de Licitação.
- c) definir o custo total da obra e as características do sucessivo contrato.
- d) definir diretrizes administrativas, fixando o preço unitário dos materiais e o número máximo de profissionais empregados na obra.
- ▶ e) conter as informações e instruções complementares necessárias à execução dos serviços e obras objeto do contrato.

24 - A escolha do tipo de fundação depende de uma série de fatores: tipo de solo, cargas da estrutura e aspectos econômicos, entre outros. Sobre as estacas pré-moldadas, é correto afirmar:

- a) São realizadas a partir de perfurações previamente executadas no terreno.
- b) Não têm limitação de comprimento.
- c) Não correm o risco de afetar estruturas ou instalações próximas.
- ▶ d) As armaduras dependem dos efeitos da tensão de cravação.
- e) Não são estáveis em solos compressíveis, como argilas ou turfas.

25 - Sobre as características técnicas das estruturas em aço, considere as seguintes afirmativas:

1. Há necessidade de tratamento superficial das peças contra oxidação, devido ao contato com o ar atmosférico.
2. As estruturas em aço são mais leves que as estruturas em concreto, mas em consequência da alta resistência do aço não existe uma redução das cargas para as fundações.
3. Os elementos de ligação (chapas, parafusos, soldas etc.) devem apresentar resistência mecânica compatível com o aço utilizado na estrutura.
4. O *steel deck* consiste em uma forma metálica de concretagem que, depois da cura do concreto, substitui a armadura de tração e trabalha também como armadura negativa da laje.

Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

26 - A Etiqueta de Eficiência Energética em edificações faz parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e foi desenvolvida com o objetivo de incentivar a iluminação e a ventilação naturais, reduzindo o consumo de energia elétrica. Sobre os critérios de etiquetagem energética de edificações, é correto afirmar:

- a) Os projetos são contemplados com etiquetas de A a D, de acordo com o consumo de energia.
- b) Todas as edificações públicas devem receber a certificação com o nível mínimo C.
- ▶ c) As edificações são avaliadas em três níveis de eficiência: envoltória (fachada), sistemas de iluminação e de condicionamento de ar.
- d) A etiqueta é concedida na fase de projeto.
- e) O programa de etiquetagem não se aplica somente a edificações novas, mas também a reformas.

27 - Geoprocessamento é a área do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica. Sobre as ferramentas computacionais para geoprocessamento, os Sistemas de Informação Geográfica (GIS), considere as seguintes afirmativas:

1. Os objetos num GIS são definidos pelas suas posições e pelos múltiplos atributos que descrevem as características do objeto.
2. Todos os dados de um sistema de informações geográficas (GIS) são referenciados espacialmente.
3. Cada elemento cartográfico tem sua representação vetorial definida através de um ponto, linha ou polígono.
4. Imagens representam formas de captura indireta de informação espacial, sendo necessário recorrer a técnicas de fotointerpretação e de classificação para individualizá-las.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- ▶ e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

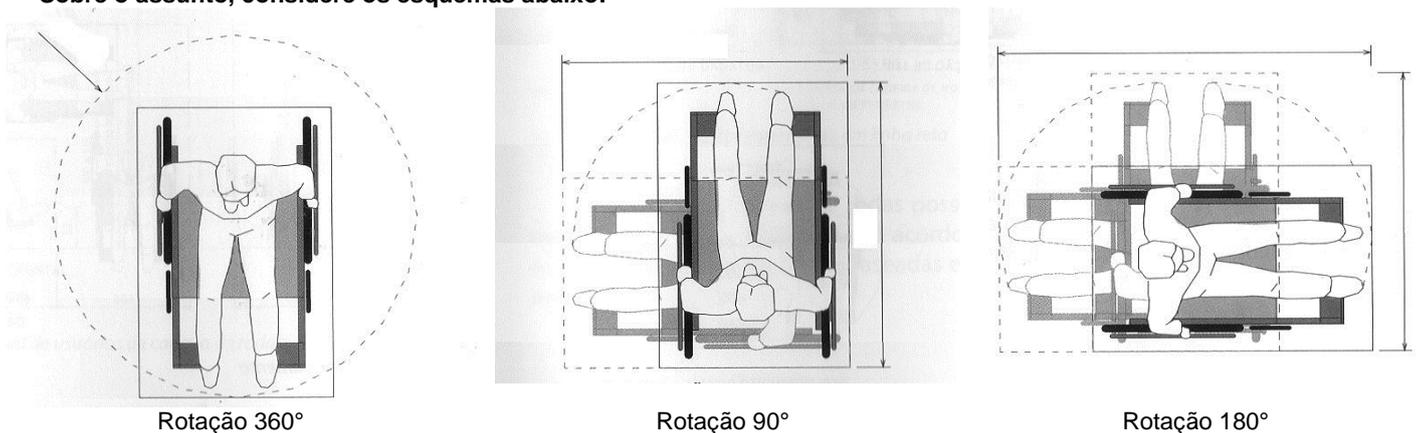
28 - Conforme a Lei 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços, é correto afirmar sobre o Projeto Básico:

- ▶ a) Contém o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- b) Deverá apresentar todos os elementos necessários à realização da obra, detalhando todas as interfaces dos sistemas e seus componentes.
- c) É a etapa destinada à representação das informações técnicas necessárias à análise e aprovação pelos órgãos competentes com base nas exigências legais.
- d) É o conjunto de plantas definidas basicamente por elementos que possibilitem ao contratado elaborar o cronograma de trabalho e instalar o canteiro da obra.
- e) Contém o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

29 - A preocupação com a preservação do patrimônio cultural tem início no século XIX, quando o patrimônio passou a constituir interesse de vários países, surgindo a necessidade de se discutirem critérios para sua definição e gestão, através das cartas patrimoniais. Sobre as cartas patrimoniais, é correto afirmar:

- a) Como instrumento teórico, têm a função de legislar sobre o patrimônio.
- ▶ b) Servem de referência mundial para que os diversos países adotem métodos e ações convergentes para a preservação do patrimônio.
- c) A Carta de Atenas (1931) não é considerada uma das Cartas Patrimoniais.
- d) A Carta de Veneza de 1964, aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, afirma que os elementos destinados a substituir as partes que faltarem em um monumento devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, sem, entretanto, serem distinguíveis do original.
- e) Tratam especificamente de construções e prédios de interesse histórico.

30 - O módulo de projeção da cadeira de rodas com seu usuário (módulo de referência) e as medidas necessárias para sua manobra são dimensões que devem ser usadas para elaboração projetos visando a acessibilidade das edificações. Sobre o assunto, considere os esquemas abaixo:



(Fonte: Acessibilidade – Cartilha de Orientação e Implementação do Decreto 5.296/04 – CREA-SC.)

Com nesses esquemas, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () O módulo de referência é 0,80 x 1,20 m (espaço mínimo necessário para mobilidade).
- () Para realizar uma rotação de 360° com a cadeira de rodas, sem deslocamento, o espaço mínimo deve ter um diâmetro de 1,60 m.
- () Para realizar uma rotação de 90° com a cadeira de rodas, sem deslocamento, o espaço mínimo deve ter 1,20 x 1,20 m.
- () Para realizar uma rotação de 180° com a cadeira de rodas, sem deslocamento, o espaço mínimo deve ter 1,60 x 1,20 m.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – F – V.
- ▶ b) V – F – V – F.
- c) F – V – V – F.
- d) F – F – F – V.
- e) V – V – V – V.

31 - O conjunto normativo NBR 15575/2013 – Edificações Habitacionais – Desempenho, traz o conceito de comportamento em uso de componentes e sistemas das edificações, cabendo à construção habitacional atender e cumprir as exigências dos usuários ao longo dos anos, com todos os partícipes da produção habitacional incumbidos de suas responsabilidades: projetistas, fornecedores de material, componente e/ou sistema, construtor, incorporador e usuário. Considerando as definições e conceitos que alicerçam o conjunto normativo, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

- | | | |
|----------------------------------|-----|---|
| 1. Prazo de Garantia Legal. | () | Período de tempo oferecido voluntariamente pelo fornecedor na forma de certificado ou termo de garantia. |
| 2. Vida Útil de Projeto (VUP). | () | Período estimado de tempo para o qual o sistema é projetado, a fim de atender aos requisitos de desempenho estabelecidos na Norma. |
| 3. Prazo de Garantia Contratual. | () | Período de tempo previsto em lei de que o comprador dispõe para reclamar dos vícios (defeitos) verificados na aquisição de bens duráveis. |
| 4. Vida Útil (VU). | () | Período de tempo em que um produto tem potencial de cumprir as funções a que foi destinado, num patamar de desempenho igual ou superior àquele projetado. |
| 5. Durabilidade. | () | Período de tempo em que um edifício e seus sistemas se prestam às atividades para as quais foram projetados e construídos, com atendimento dos níveis de desempenho previstos na Norma. |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 5 – 3 – 1 – 2 – 4.
- ▶ b) 3 – 2 – 1 – 5 – 4.
- c) 1 – 5 – 3 – 4 – 2.
- d) 5 – 2 – 3 – 4 – 1.
- e) 3 – 2 – 4 – 5 – 1.

32 - Com relação a cronogramas de acompanhamento e planejamento de obras, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Cronograma de barras, também denominado gráfico de Gantt, é uma forma de representar as atividades com suas precedências e distribuídas em um intervalo de tempo.
- () Os diagramas PERT (técnica de avaliação e revisão de programas) - CPM (método do caminho crítico) são uma representação das atividades em sequência de execução, considerando que elas podem ser realizadas de maneira sucessiva ou paralela.
- () O diagrama de Gant não se aplica na elaboração de cronogramas físico-financeiros.
- () O método do caminho crítico (CPM) mostra a sequência de atividades em termos de custos e prazos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – V – F.
- d) F – F – F – V.
- ▶ e) V – V – F – V.

33 - Acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. De acordo com a Lei de Acessibilidade, Decreto-Lei 5.296, assinale a alternativa correta.

- a) Nas edificações de uso público a serem construídas, os sanitários destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida serão distribuídos na razão de, no mínimo, uma cabine nos sanitários coletivos, em cada pavimento da edificação.
- b) Os teatros, cinemas e auditórios reservarão, pelo menos, cinco por cento da lotação do estabelecimento para pessoas em cadeira de rodas.
- c) Os espaços e assentos destinados para pessoas em cadeira de rodas deverão situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, um acompanhante da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- ▶ d) Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, públicos ou privados, devem ter condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Nas coxias e camarins dos teatros, é opcional a acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

34 - O uso do telhado verde, um dos critérios para certificação LEED, é uma solução eficiente utilizada como um meio de minimizar os impactos no meio ambiente causados pela impermeabilização excessiva das grandes cidades. Sobre os telhados verdes, é correto afirmar:

- ▶ a) O solo, as plantas e o ar possuem o efeito de isolante ao som, de modo que um telhado verde com uma camada de substrato de 12 cm de profundidade pode reduzir o som em 40 decibéis, e uma de 20 cm pode reduzir o som em 46 a 50 decibéis.
- b) O sistema de cobertura verde pode ser utilizado sobre qualquer nova superfície, desde que corretamente preparada e impermeabilizada, porém nas superfícies pré-existentes sua aplicação não é viável.
- c) O custo de implantação dos telhados verdes é menor que o dos telhados brancos.
- d) As plantas suculentas de forração necessitam de manutenção constante.
- e) O uso de telhados verdes reduz a umidade relativa do ar na microrregião em que está instalado.

35 - A relação entre a área edificável e a área do terreno, a relação entre a área da projeção de uma edificação e a área do terreno, a relação entre a área descoberta e permeável e a área total do terreno são, respectivamente:

- a) Taxa de Ocupação, Coeficiente de Aproveitamento e Taxa de Permeabilidade.
- b) Coeficiente de Aproveitamento, Taxa de Permeabilidade e Taxa de Ocupação.
- c) Taxa de Ocupação, Taxa de Permeabilidade e Coeficiente de Aproveitamento.
- ▶ d) Coeficiente de Aproveitamento, Taxa de Ocupação e Taxa de Permeabilidade.
- e) Taxa de Permeabilidade, Coeficiente de Aproveitamento e Taxa de Ocupação.

36 - O projeto de saídas de emergência de um edifício deve considerar o movimento dos ocupantes de forma contínua do local que se encontra até um ponto seguro fora da edificação. Com relação às saídas de emergência, assinale a alternativa correta de acordo com a NBR 9077.

- a) A instalação de chuveiros automáticos (sprinklers) permite reduzir em 50% as distâncias máximas a serem percorridas para se atingir um lugar seguro.
- ▶ b) É obrigatória a instalação de elevadores de emergência em hospitais sempre que a altura a ser percorrida ultrapassar 12,00 m.
- c) O uso da edificação não tem influência no cálculo das saídas de emergência.
- d) Escadas com mais de 3,20 m de largura devem ter corrimão intermediário, no máximo, a cada 1,80 m.
- e) As distâncias máximas a serem percorridas para se atingir um local seguro não dependem das características construtivas da edificação.

37 - Sobre os aspectos relevantes na tecnologia de concreto protendido, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Permite controlar melhor as deformações da estrutura, com redução da secção transversal de concreto sem fissuras.
- () Protensão é um artifício que consiste em introduzir numa estrutura um estado prévio de tensões capaz de melhorar sua resistência, sob diversas condições de carga.
- () Normalmente, o concreto utilizado em peças protendidas possui resistência menor que a das peças de concreto armado.
- () O uso da protensão é favorável na execução de fundações e pilares sujeitos à compressão com pequena excentricidade.
- () A construção de estruturas protendidas requer um controle de qualidade do concreto muito rigoroso.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- ▶ a) V – V – F – F – V.
- b) V – F – V – V – F.
- c) F – V – V – F – V.
- d) F – F – F – V – V.
- e) V – V – F – V – F.

38 - O Planejamento Cicloviário, parte integrante do Sistema de Circulação Urbana, baseia-se na premissa de incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte em uma cidade ou região. Fazem parte do Planejamento Cicloviário:

1. Faixas de uso exclusivo de bicicletas, sem segregação física do fluxo de veículos automotores – as ciclofaixas.
2. Compartilhamento da via entre veículos motorizados e bicicletas.
3. Tratamento específico para o tráfego de bicicletas em cruzamentos e pontos de conversão e oposição ao tráfego veicular.
4. Infraestrutura adequada de estacionamento para bicicletas.
5. Vias de uso exclusivo de bicicletas, com segregação física do fluxo de veículos automotores – as ciclovias.

Estão corretos os itens:

- a) 1, 3 e 5 apenas.
- b) 3, 4 e 5 apenas.
- c) 1, 2 e 4 apenas.
- d) 1, 2, 3 e 4 apenas.
- ▶ e) 1, 2, 3, 4 e 5.

39 - Com relação à elaboração da planilha orçamentária para fins de licitação de obras públicas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento fazem parte da composição das despesas indiretas.
- b) O preço de referência das obras e serviços de engenharia será aquele resultante da composição do custo unitário direto do sistema utilizado, acrescido do percentual de benefícios e despesas indiretas (BDI).
- c) Devem ser utilizadas tabelas oficiais de preços (SINAPI, SICRO, DNOCS, CODEVASF).
- ▶ d) Não são admitidas pesquisas de mercado para cotações de serviços ou insumos.
- e) Em atendimento ao previsto na Lei nº 12.309/2010 (LDO/2011), deverá ser elaborada planilha contendo a composição analítica do BDI.

****40 - Um dos instrumentos de controle da Política Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Resolução CONAMA n° 001/86, de 23/01/1986, é o EIA/RIMA. Sobre EIA/RIMA, considere as seguintes afirmativas:**

1. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é realizado depois da implantação do empreendimento, e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) é realizado antes da implantação do empreendimento.
2. Atividades com significativo potencial de degradação do meio ambiente e causadoras de poluição ambiental dependerão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para seu licenciamento ambiental.
3. O EIA deve realizar a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre as quais os equipamentos de controle e os sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.
4. O Estudo de Impacto Ambiental é um documento público, mesmo sendo elaborado por particulares.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2, 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

**** – Questão com resposta alterada.**